



SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA

**PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NO ENSINO
SUPERIOR**

**LAVRAS - MG
2022**

SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA

**PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NO
ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof^a. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA

**PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NO ENSINO
SUPERIOR PERMANENCE OF THE WORKER-STUDENT IN
HIGHER
EDUCATION**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 8 de setembro de 2022
Dra. Nathália de Fátima Joaquim UFLA
Dr. Janderson Martins Vaz UFLA

Prof^a. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

RESUMO

Foram analisadas as dificuldades enfrentadas por trabalhadores estudantes do Curso Superior de Administração Pública do turno Noturno de uma Universidade Pública no interior de Minas Gerais, no intuito de compreender as condições de acesso e permanência dos mesmos até a sua formação, ressaltando, ainda, os obstáculos encontrados por eles durante essa trajetória, bem como os desafios, motivações e soluções institucionais que permeiam a vida desses trabalhadores-estudantes. Para embasamento da pesquisa, foram utilizados um estudo de caso, por meio de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e um questionário, realizado de forma online, respondido por alguns estudantes, selecionados entre outros a fim de obter uma análise mais clara e concisa sobre as informações a serem discutidas e analisadas. O trabalho foi organizado em três sessões: introdução, referencial teórico (no qual se tem um breve histórico dos direitos trabalhistas no Brasil, conceitos e estudos a respeito do público-alvo abordado e a evolução da legislação a ele referente). Em seguida, apresentou-se a metodologia utilizada na coleta de dados, a análise dos dados obtidos e as considerações finais com base nos resultados obtidos.

Palavras-Chave: Trabalhador-estudante. Desafios. Motivações. Soluções Institucionais.

ABSTRACT

The difficulties faced by workers students of the Higher Course of Public Administration of the Night shift of a Public University in the interior of Minas Gerais were analyzed, in order to understand the conditions of access and permanence of the same until their formation, also emphasizing the obstacles encountered. for them during this trajectory, as well as the challenges, motivations and institutional solutions that permeate the lives of these worker students. As a basis for the research, a case study was used, through an exploratory research of a qualitative nature and a questionnaire, carried out online., answered by some students, selected among others in order to obtain a clearer and more concise analysis of the information to be discussed and analyzed. The work was organized into three sessions: introduction, theoretical framework (in which there is a brief history of labor rights in Brazil, concepts and studies about the target audience addressed and the evolution of the legislation referring to it. if the methodology used in data collection, the analysis of the data obtained and the final considerations based on the results obtained.

Keywords: Worker-student. Challenges. motivations. Institutional Solutions.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Acesso ao ensino superior	9
2.2 Permanência no ensino superior	12
2.3 O trabalhador-estudante	13
2.4 As dificuldades enfrentadas pelo trabalhador-estudante.....	14
2.5 O amparo legal.....	16
3. METODOLOGIA.....	20
4. ANÁLISE DE DADOS	21
4.1 Entrevistados.....	21
4.2 Categorias.....	25
4.3 Trabalho + Estudos.....	26
4.4 Expectativa com relação ao curso	27
4.5 Desempenho acadêmico	29
4.6 Apoio da Universidade	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO A.....	38

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve o intuito de analisar as dificuldades enfrentadas por trabalhadores estudantes do curso noturno de uma universidade pública no interior de Minas Gerais. Buscou, ainda, compreender as condições de acesso e permanência dos mesmos até a formação, e os obstáculos encontrados neste caminho.

O interesse neste tema veio da minha própria condição de trabalhador-estudante, e pelo fato de durante muito tempo não ter tido a chance de continuar os estudos, por falta de cursos em horário noturno. Isso se tornou um impedimento e conseqüentemente causou um atraso irreparável devido a perda de oportunidades e tempo que não voltam mais.

Estudar e trabalhar tem se tornado algo comum na atualidade, principalmente por exigências do mercado de trabalho, que impõe um contínuo aperfeiçoamento e conseqüentemente levando de volta às salas de aula o trabalhador (SANTOS, 1999, p.171).

O mundo globalizado e capitalista em que vivemos exige, cada vez mais, mão de obra qualificada e preparada para os desafios do mercado de trabalho. Aqueles que não se qualificam podem não conseguir uma colocação profissional. Diante desse cenário, a universidade passa a ter papel relevante para quem busca se aperfeiçoar, com o intuito de sobreviver no mercado de trabalho (MEDINA; TAKAHASHI, 2003).

Portanto, ter uma graduação passa a ser condição *sine qua non* para quem almeja uma boa colocação no mercado de trabalho. Por isso a necessidade de se analisar as políticas públicas que contemplem os estudantes que necessitam frequentar os cursos noturnos, sem abrir mão do trabalho que realizam no período diurno. Uma das políticas pesquisadas foi o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que expandiu as universidades e aumentou a oferta de vagas (SANTOS, 2009). Mas é preciso investigar se esse aumento de vagas realmente contemplou os trabalhadores-estudantes, e quais são as outras políticas implementadas, que possibilitam a ele permanecer e concluir o curso escolhido. É importante contextualizar que a universidade ganhou o status de ser território de

todos, devido às várias mudanças e política de acesso ao ensino superior, mudanças essas que levaram a toda uma classe social, outrora excluída, inclusive, trabalhadores, a ter meios e oportunidades de se graduarem (SANTOS; LOIOLA; SANTOS, 2018).

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo identificar, os desafios, motivações e soluções institucionais que permeiam a vida do trabalhador-estudante de uma Instituição de Ensino Superior localizada no interior de Minas Gerais. Para tanto, foi realizado um estudo de caso através de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, buscando compreender quais as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador-estudante para permanecer no curso noturno. Este trabalho foi organizado em três sessões. Além dessa introdução, temos o referencial teórico que traz um breve histórico dos direitos trabalhistas no Brasil, conceitos e estudos a respeito do trabalhador-estudante, as dificuldades encontradas para conciliar trabalho e estudo, e a evolução da legislação referente ao trabalhador-estudante. Na sequência apresentamos a metodologia utilizada para a coleta de dados, a análise dos dados e por fim as considerações finais deste trabalho

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico apresentou-se um breve histórico dos direitos trabalhistas no Brasil, conceitos e estudos a respeito do trabalhador-estudante, as dificuldades encontradas para conciliar trabalho e estudo, e a evolução da legislação referente ao trabalhador-estudante.

2.1 Acesso ao ensino superior

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 preconiza a educação como um direito universal pelo menos no nível elementar e fundamental (SANTOS, 2009). Essa universalização não atinge o estudo superior, que apesar de ter acesso democrático, tem que ser conquistado por mérito (SANTOS, 2009).

Na história do Brasil as instituições de nível superior surgiram para atender demandas pontuais em determinadas épocas, o que não significou uma intenção do

Estado em democratizar a educação superior (FLORES, 2017). Somente em 1976 surgiu o primeiro programa de crédito educativo no Brasil, que pagava a mensalidade na rede privada e fornecia uma bolsa para que o estudante pudesse se manter nas universidades públicas (FLORES, 2017). No final dos anos 90 o ensino superior que vinha de um longo período de estagnação no Brasil, passou a experimentar um crescimento, em parte, devido ao aumento de egressos do ensino médio que buscavam colocação nas universidades, e também para atender à demanda de adultos que já estavam inseridos no mercado de trabalho e buscavam uma graduação em nível superior para aumentarem suas chances de melhores colocações no mercado (MARTINS, 2000).

Esse crescimento se deu em grande parte pela oferta de vagas em universidades privadas, que ofereciam o crédito educativo aos alunos, porém no final de 1999 o programa passou por sérias dificuldades devido a inadimplência, e para evitar o seu colapso ele foi remodelado, dando origem ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que atendia exclusivamente às instituições particulares de ensino superior (FLORES, 2017). As universidades federais cresceram de forma mais lenta do que as privadas, o que a princípio comprometeu o atendimento aos alunos, e isso se deve à dificuldade do Governo Federal em subsidiar o ensino superior com expansão de estrutura e ensino (MARTINS, 2000). Como consequência alguns cursos como medicina, engenharia, odontologia ofertados pelas instituições federais, por não terem investimentos, resultaram em ofertas com números inferiores de vagas, e conseqüentemente, essas foram apropriadas por aqueles que vêm de um embasamento mais sólido no ensino médio, que são as classes mais privilegiadas da sociedade, em detrimento dos que não tiveram uma base mais sólida para a disputa das poucas vagas (MARTINS, 2000).

Com o objetivo de dar apoio aos estudantes dos cursos de graduação presencial em Instituições Federais de Ensino Superior, foi criado através da Portaria Normativa nº39 de 12 de dezembro de 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs), que diz em seu artigo segundo, que promoverá ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2007, n. p.). Faz parte dessas ações o auxílio à moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio psicológico. O PNAEs se tornou lei em 2010, e passou a ser oficialmente um apoio

por parte do Governo Federal na busca de melhores condições de permanência do estudante na universidade (BRASIL, 2010b, n. p.). Este plano busca promover uma formação mais robusta que engloba ensino, pesquisa e extensão e tem os seguintes princípios, segundo Teixeira (2009):

- 1) A afirmação da educação superior como uma política de Estado;
 - 2) A gratuidade do ensino;
 - 3) A igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
 - 4) A formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
 - 5) A garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
 - 6) A liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - 7) A orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
 - 8) A defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
 - 9) O pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- (TEIXEIRA, 2009, p. 31).

Além disso, o Programa de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) também permitiu um crescimento na oferta de vagas nos últimos anos (SANTOS, 2009). Instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), o REUNI passou a integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE). Já em 2008, apenas um ano após sua implantação, o REUNI criou aproximadamente 15 mil novas vagas de ingresso, aumentando de 132.451 para 147.277 vagas nas universidades federais (BRASIL, 2009).

Em 2012 foi instituída a Lei nº 12.711, a Lei de Cotas, que passou a garantir reserva de 50% das matrículas a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como um percentual mínimo referente à soma de pretos, pardos e indígenas por estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (FLORES, 2017).

2.2 Permanência no ensino superior

Vários mecanismos para o ingresso do estudante no ensino superior surgiram ao longo do tempo, mas ser aprovado para uma vaga é apenas o primeiro passo. Ter condições financeiras para se manter e disponibilidade de tempo para estudar e desenvolver as diversas atividades curriculares, é outro passo fundamental.

Cabe ressaltar, que permanência, além de ser um ato de dar continuidade à algo que se está fazendo, envolve também o sentimento de pertencimento ao meio em que se está envolvido (REIS; TENÓRIO, 2009). Um ensino superior mais democrático requer um olhar mais atento sobre a permanência, e o que as instituições têm feito para que os estudantes permaneçam no curso (COSTA, 2017). O primeiro ano do estudante na universidade vem cercado de descobertas e adaptações que são críticas e determinantes para a sua permanência, é importante separar tempo para se inteirar de tudo que a universidade pode oferecer em termos de apoio educacional, social e psicológico para se ter êxito no curso (TINTO, 2012).

A infraestrutura da universidade como moradia, meios de transporte, refeitório com preços acessíveis, tem influência importante na permanência do estudante na universidade (COSTA; DIAS, 2015). O sentimento de acolhimento e amparo por parte da instituição ocasiona menores índices de evasão (TINTO, 1993). É importante um acompanhamento dos dados referentes às taxas de conclusão dos cursos e o perfil socioeconômico do estudante, para que se possam aprimorar políticas públicas e saber quais delas devem ser aplicadas a fim de promover a permanência do estudante no curso superior (VARGAS; PAULA, 2013).

Neste contexto, é importante destacar que apesar de promover avanços em quantidade de estudantes matriculados, o REUNI ainda tem desafios qualitativos a serem superados, como promover condições de permanência, trabalhar a qualidade do ensino (FAVATO; RUIZ, 2018). Quando se fala de universidades, o termo permanência tem a ver com a chance de permanecer nos estudos até sua conclusão (SANTOS, 2009).

Os alunos têm uma visão por vezes distorcida da universidade, o que pode levar a evasão ou dificuldades de permanência, já que no decorrer do curso o entusiasmo dá lugar às dificuldades como adaptação e falta de dinheiro para se

sustentar (MAIA, 1984). No sentido financeiro, muitos buscam por vagas de emprego, porém, o tempo escasso, o desgaste físico e mental se torna obstáculos importantes na vida deste que se torna um trabalhador-estudante. Com isso, ele precisa conciliar o trabalho e as atividades acadêmicas e ainda lidar com imprevistos do dia a dia (MAIER; MATTOS, 2016). No próximo tópico veremos quais as dificuldades enfrentadas por trabalhadores-estudantes.

2.3 O trabalhador-estudante

O Código do Trabalho - Lei nº 7/2009, em seu Artigo 89º nos diz quem é o trabalhador-estudante:

Considera-se trabalhador-estudante o trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses.

As transformações no modo de vida de pessoas e dos processos das empresas estão levando o mundo a grandes mudanças, o que também obriga as pessoas a se adequarem, e estar em constante aperfeiçoamento profissional e educacional, o que traz de volta à sala de aula pessoas que já estão no mercado de trabalho (SANTOS, 1999, p. 171).

Neste sentido, o ensino superior além de ser uma fonte criadora de conhecimento, é também o que impulsiona o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade (DELORS, 2006). O trabalho e a educação sempre tiveram uma ligação, a educação, comumente, vista como instrumento de aprimoramento e preparação para o mercado, numa ordem cronológica ocorria primeiro, hoje se vê muitos casos de estudantes trabalhadores ou trabalhadores estudantes (SANTOS 1999).

Sabemos que o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação por conta de novas tecnologias e ferramentas de trabalho que são comuns hoje em dia, portanto, se qualificar é a melhor saída, muitas vezes se torna pré-requisito para determinada vaga (DELORS, 2006, p.140). A baixa escolaridade diminui demasiadamente as chances de uma boa colocação no mundo dos negócios (OLIVEIRA 2004, p. 123).

Assim, o tempo de estudo e a bagagem de conhecimentos que uma pessoa

adquire em sua vida de estudante tem relação direta com a sua colocação no mercado de trabalho e o seu nível salarial (OLIVEIRA, 2004, p. 125). Portanto, o trabalho além de ser um importante instrumento de sobrevivência, proporciona qualidade de vida e realização pessoal (ABRANTES, 2012). Em contrapartida, Araújo e Sachuk (2007) apud Dejours (2009), diz que existem situações em que o fato de ter que trabalhar se torna um sofrimento para quem deseja estudar, pois o trabalho se torna fator limitante às atividades acadêmicas. O trabalhador-estudante se depara então com um dilema existencial, que o joga de um lado para o outro na sua trajetória acadêmica, pois o trabalho que para alguns é imprescindível se torna um obstáculo que compromete o rendimento e a participação em atividades universitárias, e ao mesmo tempo não participando dessas atividades ele se vê marginalizado enquanto estudante, e impossibilitado de se dedicar de forma integral (CARDOSO; SAMPAIO, 2011). O apoio dos professores aos trabalhadores-estudantes é fundamental para que os problemas possam ser resolvidos da melhor maneira (ABRANTES, 2012).

Ainda que trabalhar e estudar possam ser duas tarefas que não se compatibilizam, ambas têm um objetivo comum que é o crescimento pessoal e profissional, e que levam às melhores colocações sociais (SIQUEIRA, 2001).

Mensurar o comprometimento do desempenho profissional e acadêmico para o trabalhador-estudante é tarefa delicada, pois envolve uma série de fatores ambientais, tanto do local de trabalho, quanto do local de estudo, além de questões pessoais (FONTANA; BRIGO 2011). A seguir veremos algumas dessas dificuldades.

2.4 As dificuldades enfrentadas pelo trabalhador-estudante

O quanto o trabalho prejudica os estudos e o quanto os estudos prejudicam o trabalho é um questionamento recorrente e que leva em consideração diversos fatores relacionados à academia e também ao ambiente laboral (FONTANA; BRIGO, 2011). A dinâmica da vida profissional tem causado mudanças na sociedade e na economia, que por consequência, mudam também o significado do trabalho e seus valores, levando os indivíduos a novas perspectivas (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

Para o trabalhador-estudante o estudo é visto como uma opção que não é a principal, por esse motivo o curso deve se adaptar ao trabalho, o que nem sempre

acontece, ou pode levar o trabalhador a optar por um curso que não é o que mais deseja, mas sim o que se encaixa em seu horário de trabalho (VARGAS; PAULA, 2013, p. 466).

As dificuldades de ter um trabalho e estar estudando são enormes, cansaço físico e mental e falta de tempo para a vida social e para o estudo (OLIVEIRA; CIAMPONE, 2006). Em muitos casos ainda tem os compromissos domésticos e familiares para se preocupar, o que compromete o seu tempo para se dedicar aos estudos (OLIVEIRA; CIAMPONE, 2006).

Estar matriculado significa assumir diversas responsabilidades que vão além do tempo de permanência dentro de sala de aula, o estudante necessita de uma mudança de hábito que permita com que ele desenvolva as diversas tarefas que terá que assumir, como a pesquisa extraclasse, projetos de extensão, desenvolver o hábito da leitura, caso não possua, utilizar o acervo acadêmico para aprimorar seus conhecimentos, além de participar de simpósios e congressos (SEVERINO, 2007, p. 38-43).

Os estudos extraclasse demandam tempo e condições básicas como internet para se acessar material de estudo e pesquisa. E são justamente as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica as que mais precisam trabalhar para se manter. Um estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes aponta que 25% dos possíveis alunos aptos a entrarem na universidade têm condições tão precárias que, ainda que o ensino seja gratuito, eles não poderiam cursá-lo (PACHECO; RISTOFF, 2004). Esta informação revela a relevância em se ter mecanismos de apoio ao estudante para que ele possa buscar meios que lhe ajudem financeiramente, para que possa se dedicar aos estudos, até porque é um investimento que pode lhe proporcionar ascensão social (COSTA; DIAS, 2015).

O trabalhador-estudante encontra nesse momento seu maior desafio, após enfrentar uma jornada de trabalho, conciliar os horários para realizar as diversas atividades (SEVERINO, 2007, p. 38-43). Isto porque ele tende a dar maior enfoque ao trabalho, uma vez que depende do retorno financeiro advindo dele e, por vezes, tem dificuldade no cumprimento da agenda acadêmica, que pode ser intensa e com pouca flexibilidade para esse tipo de público, o que leva a um desgaste e possível abandono do curso (SCHIRMER; TAUCHEN, 2019, p. 324).

Alguns trabalhadores-estudantes se desdobram em turnos de trabalho para se

manterem, às vezes fazendo horas extras ou trabalhando em períodos noturnos com jornadas longas para custear os estudos e a permanência na universidade (LISBOA; OLIVEIRA; REIS; 2006). O trabalhador-estudante que acumula reprovações pelos mais variados motivos já vistos, prolonga sua permanência na universidade o que compromete ainda mais sua vida acadêmica (PAZ, 2016, p. 84-85). Vale ressaltar, também, que apenas uma fração dos cursos oferecidos pela universidade possui turmas no horário noturno. Cursos com maior carga horária e que necessitam de dedicação integral e/ou realização de estágios prolongados são inacessíveis para quem precisa trabalhar (PAULA; VARGAS, 2013).

2.5 O amparo legal

As instituições têm buscado dar apoio a partir do desenvolvimento de programas que tentam minimizar as dificuldades dos ingressantes, principalmente no primeiro ano da universidade (SCHMITT, 2016). O auxílio vem em forma de programas institucionais nas mais variadas áreas, que buscam atender desde fatores relacionados à aprendizagem e fatores psicológicos, até orientações para inserção no mercado de trabalho e contenção de evasão (VOOS, 2016). Do ponto de vista legal, o trabalhador-estudante não possui nenhum amparo. Diferente do que acontece em outros países como Portugal, onde o Código do Trabalho - Lei n° 7/2009, em seu Artigo 90°, regulamenta a organização do tempo de trabalho de trabalhador-estudante:

- 1 — O horário de trabalho de trabalhador-estudante deve, sempre que possível, ser ajustado de modo a permitir a frequência das aulas e a deslocação para o estabelecimento de ensino.
- 2 — Quando não seja possível a aplicação do disposto no número anterior, o trabalhador -estudante tem direito a dispensa de trabalho para frequência de aulas, se assim o exigir o horário escolar, sem perda de direitos e que conta como prestação efectiva de trabalho.
- 3 — A dispensa de trabalho para frequência de aulas pode ser utilizada de uma só vez ou fraccionadamente, à escolha do trabalhador -estudante, e tem a seguinte duração máxima, dependendo do período normal de trabalho semanal:
 - a) Três horas semanais para período igual ou superior a vinte horas e

inferior a trinta horas;

b) Quatro horas semanais para período igual ou superior a trinta horas e inferior a trinta e quatro horas;

c) Cinco horas semanais para período igual ou superior a trinta e quatro horas e inferior a trinta e oito horas;

d) Seis horas semanais para período igual ou superior a trinta e oito horas.

4 — O trabalhador -estudante cujo período de trabalho seja impossível ajustar, de acordo com os números anteriores, ao regime de turnos a que está afecto tem preferência na ocupação de posto de trabalho compatível com a sua qualificação profissional e com a frequência de aulas.

5 — Caso o horário de trabalho ajustado ou a dispensa de trabalho para frequência de aulas comprometa manifestamente o funcionamento da empresa, nomeadamente por causa do número de trabalhadores -estudantes existente, o empregador promove um acordo com o trabalhador interessado e a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, a comissão intersindical, comissões sindicais ou delegados sindicais, sobre a medida em que o interesse daquele pode ser satisfeito ou, na falta de acordo, decide fundamentadamente, informando o trabalhador por escrito.

6 — O trabalhador -estudante não é obrigado a prestar trabalho suplementar, exceto por motivo de força maior, nem trabalho em regime de adaptabilidade, banco de horas ou horário concentrado quando o mesmo coincida com o horário escolar ou com prova de avaliação.

7 — Ao trabalhador -estudante que preste trabalho em regime de adaptabilidade, banco de horas ou horário concentrado é assegurado um dia por mês de dispensa, sem perda de direitos, contando como prestação efetiva de trabalho.

8 — O trabalhador -estudante que preste trabalho suplementar tem direito a descanso compensatório de igual número de horas.

9 — Constitui contra -ordenação grave a violação do disposto nos n.º 1 a 4 e 6 a 8.

No Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Decreto Lei 5452/43 não trata do trabalhador-estudante que precisa ter horários e flexibilidade para conduzir os estudos inclusive em períodos diurnos. Na CLT temos referências ao estudante menor de idade no Artigo 427 onde está expresso que: “O empregador, cuja

empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para frequência às aulas”.

Os servidores públicos também possuem respaldo legal para realizar seus estudos, que está previsto pela Lei 8.112/90, que em seu artigo 98 determina: “Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo”.

O Estado brasileiro busca fomentar, através de sua legislação, subsídios necessários à educação desde o ensino básico até o superior, um ensino voltado entre outras coisas para o trabalho, como mostra o artigo 205 da Constituição Federal.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei nº 13.005 de 2014, que norteia o Plano Nacional de Educação (PNE) tem entre suas metas o aumento de matrículas no nível superior entre a população de 18 a 24 anos para 33% até o ano de 2024 (segundo o IBGE/2015 esse número era de 18,1%); e ofertar 40% das novas matrículas no segmento público. As diversas políticas existentes privilegiam o acesso à universidade, mas tão importante como dar condições de acesso, é também garantir condições de permanência, como determina a legislação portuguesa através da Lei nº 7/2009, possibilitando através de ações práticas e eficientes que o trabalhador-estudante tenha condições financeiras e psicológicas para superar as dificuldades e concluir seus estudos da melhor maneira possível (SCHIRMER; TAUCHEN, p. 336).

A assistência estudantil engloba muito mais que moradia e alimentação. Deve haver um fomento concreto, a permanência do estudante na academia, de forma a oferecer condições para o desenvolvimento de suas potencialidades profissionais e culturais. Estudantes de baixa renda apresentam dificuldades diversas em sua jornada acadêmica, a necessidade de trabalhar para se manter financeiramente, busca por vagas em alojamento estudantil ou residir em república, o que pode ocasionar gastos a mais, necessidade de conciliar horários para realizar atividades acadêmicas, além da ausência de envolvimento social com os colegas, por existir um abismo social entre

eles, e assim, também se tornar um problema (ZAGO, 2006).

A universidade deve ter a sensibilidade de entender o desenvolvimento, obstáculos e o desempenho dos estudantes, com o intuito de fomentar e promover uma formação completa do discente (LUCKESI, 1992). Alguns alunos entram na universidade com uma base de ensino fraca o que compromete seu desempenho acadêmico, ocasionando reprovações e aumentando o tempo para a conclusão do curso, o que por sua vez leva frustrações e perda de autoestima (ALMEIDA, 1990). Dar apoio ao estudante com dificuldades de aprendizagem é ferramenta importante para o estímulo do aluno.

As universidades também estão passando por transformações e se adaptando ao mercado de trabalho e aos trabalhadores, que além do conhecimento técnico, são cada vez mais cobrados por conhecimentos generalistas que a universidade pode oferecer, além da capacidade de se comunicar e questionar (ZABALZA, 2004, p. 23). O ingresso de pessoas com diferentes perfis e classes sociais, objetivos distintos, vindas das mais variadas regiões do país, garante uma atuação mais universal da universidade e promove um trabalho mais comprometido com a sociedade, de forma a fornecer soluções para o combate à desigualdade e miséria visto que a educação permite um avanço cultural e econômico para o indivíduo (HOURI, 2016, p.232). A assistência estudantil tem papel importante nesse processo, ao dar apoio ao estudante evitando assim que ele se sinta desamparado e abandone o curso.

Professores também têm papel relevante no apoio aos alunos, estando mais próximos, são eles, os principais incentivadores para que os obstáculos sejam superados e o estudante possa ter êxito em seu curso, mas essa postura nem sempre é observada (COSTA; DIAS, 2015). Existem educadores que têm uma visão talvez preconceituosa em relação aos alunos de baixa renda e por esse motivo não os reconhece como capazes e detentores de talentos, exaltando somente suas deficiências, o que pode culminar com baixo desempenho acadêmico e frustração (MILNER, 2010). O ensino que está intrínseco na atitude do educador lhe confere o monopólio da violência simbólica legítima, dando a este a liberdade de expressão e julgamento, por vezes arbitrário (BOURDIEU; PASSERON, 2009). O trabalhador-estudante tendo pouco tempo disponível para o convívio acadêmico, conta praticamente só com o momento da aula para sanar suas dúvidas e ter um convívio e troca de experiências

com seus colegas, por isso, a importância desse momento para estimular sua permanência no curso (EZCURRA, 2009).

Estudar e trabalhar exige dedicação e superação na busca de um sonho que é a melhoria na qualidade de vida e no crescimento pessoal, mas o trabalho faz-se necessário para aqueles que querem independência ou precisam obrigatoriamente trabalhar para se manter ou manter seus dependentes (MODESTO, 2012). Não se pode mais ignorar a íntima ligação que o estudo e o trabalho possuem na atualidade, o mercado exige profissionais qualificados, caso contrário, tudo que lhe resta são ocupações menos remuneradas e que exigem mais do físico do que da mente, e por vezes, nem isso está disponível, levando o cidadão ao desemprego (MODESTO, 2012).

Historicamente o ensino superior no Brasil é tido como um privilégio, que só poderia ser alcançado por alguns membros da sociedade, ainda que tenhamos universidades federais centenárias bancadas com recursos de toda a sociedade, inclusive os mais pobres. Portanto, essa dívida com os mais carentes e necessitados deve ser sanada de forma urgente, com ações institucionais que promovam o acesso e a permanência do estudante na universidade até a conclusão do curso (COSTA; DIAS, 2015).

É urgente e necessário pensar nos desafios e maneiras de acesso, permanência e conclusão do ensino superior, de forma que o trabalhador-estudante possa ter tranquilidade e segurança para alcançar seus objetivos. Ampliar acesso e não ampliar os investimentos necessários para se manter um ensino superior de qualidade e que resguarde a permanência do estudante, não é algo desejável.

3. METODOLOGIA

A pesquisa teve como objetivo investigar as dificuldades de permanência de trabalhadores-estudantes matriculados no curso de administração pública de uma universidade pública no interior de Minas Gerais. Trata-se de uma estudo de caso básico e, segundo Yin (2001) esta é uma boa forma de se estudar assuntos contemporâneos e que retratam a realidade. E é disso que se trata o trabalhador-estudante, que está cada vez mais presente nas universidades.

Optou-se por uma pesquisa exploratória que foi desenvolvida por meio de

questionário online com tais sujeitos. O objetivo é exploratório, a fim de apontar caminhos para minimizar as dificuldades enfrentadas por trabalhadores-estudantes durante a graduação. Foi uma abordagem qualitativa de natureza básica, onde foram coletados, por meio de questionário online, dados sobre trabalhadores-estudantes que se enquadram no tema da pesquisa identificando as dificuldades enfrentadas pelos mesmos. O método qualitativo promove um contato mais próximo com o objeto de pesquisa (SANTOS, 2017), dando assim oportunidade de se entender melhor o problema do ponto de vista dos estudantes.

Cabe destacar que o público-alvo desta pesquisa foram os trabalhadores-estudantes que cursam a partir do quinto período de Administração Pública de uma universidade federal no sul de Minas Gerais. A escolha por tais sujeitos se deveu ao fato deste ser um curso noturno na universidade estudada e, a partir do quinto-período, o trabalhador-estudante já vivenciou mais de 50% do curso.

Os dados foram coletados através de um questionário online semiestruturado, composto por 32 questões, que foram respondidas pelos pesquisados por meio de questionário online que encontra-se anexo a esse trabalho (ANEXO A).

Para a análise de dados foi feita uma análise de conteúdos, sendo que as categorias utilizadas foram determinadas com base na relevância das informações a serem obtidas com a realização da mesma.

4. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados possibilitou a construção de uma visão mais abrangente do perfil do Trabalhador-estudante e seus principais desafios para a permanência no ensino superior.

4.1 Entrevistados

Foram apresentados neste tópico as respostas obtidas pelos alunos que foram selecionados para a realização da pesquisa no intuito de realizar a análise das mesmas, possibilitando, dessa forma, um melhor entendimento sobre a percepção dos mesmos

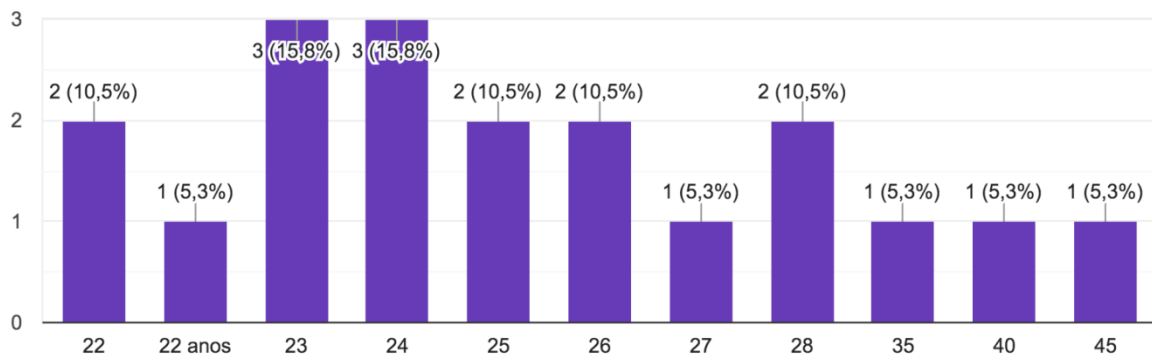
sobre a situação vivenciada em relação à permanência do trabalhador-estudante no ensino superior levando em conta fatores tais como: condições de acesso e permanência, o perfil do trabalhador-estudante, as dificuldades enfrentadas por eles, o amparo legal e a evasão escolar.

Para a pesquisa foram selecionados 19 estudantes de uma Universidade Federal do Sul de Minas Gerais.

Inicialmente, buscou-se identificar o perfil dos entrevistados, com o propósito de obter maior conhecimento sobre aspectos tais como: idade, sexo, renda (familiar e individual), se mora em casa própria ou alugada, qual a situação econômica dos indivíduos (se dependem ou não de ajuda familiar) e qual o meio de transporte que utilizam para se deslocar até a faculdade, com a finalidade de alcançar uma maior percepção sobre o quadro atual dos estudantes universitários (Figura 1).

Figura 1: Idade

1. Idade:
19 respostas



Fonte: Do autor -2022

Verificou-se que a grande maioria dos entrevistados ingressou na faculdade antes dos 30 anos e apenas três deles decidiram cursar o ensino superior após os 35

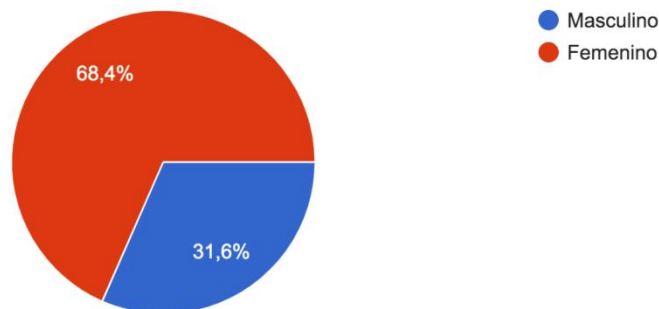
anos (motivados pela necessidade de se adaptarem às novas exigências do mercado, que requerem maior qualificação e preparo).

Conforme Medina e Takahashi (2003) o mundo globalizado exige, cada vez mais, mão de obra qualificada e preparada, sendo que aqueles que não se qualificam podem não conseguir uma boa colocação profissional. Assim, a universidade passa a ter papel relevante para quem busca se aperfeiçoar.

Em relação ao gênero dos estudantes e diante dos resultados obtidos é possível perceber que a maioria pertence ao gênero feminino (Figura 2).

Figura 2: - Sexo

2. Sexo:
19 respostas



Fonte: Do autor - 2022

Em relação ao estado civil dos entrevistados, a maior parte dos sujeitos (78,9%) é composta por estudantes solteiros e apenas 15,8% são casados ou mantêm uma união estável, devido às dificuldades ainda maiores enfrentadas por quem constitui uma família em dar continuidade aos seus estudos, como se pode perceber nas palavras de Oliveira e Ciampone (2006) quando destacam que no caso dos estudantes casados, ainda se tem os compromissos domésticos e familiares para se preocupar, o que compromete o tempo que eles têm para se dedicar aos estudos.

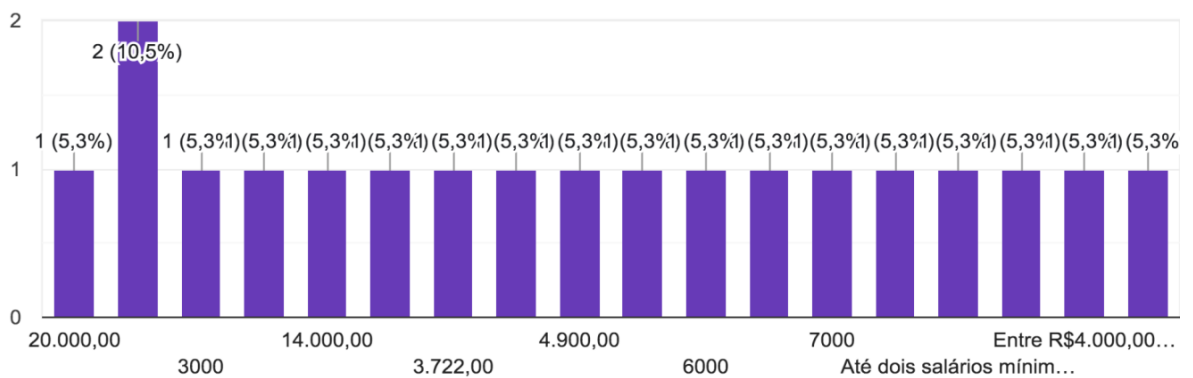
Também se levou em conta o objetivo de entender a situação econômica dos

entrevistados sobre a renda familiar (de todos os integrantes da casa) e a renda individual do aluno (Figura 3).

Figura 3: - Renda Familiar

8.Renda Familiar (incluindo a sua):

19 respostas



Fonte: Do autor - 2022

As respostas obtidas mostram que grande parte consegue manter uma independência financeira, custeando, ainda, seus estudos e transporte. Uma parcela menor, no entanto (cerca de 18,6%) depende da ajuda da família, seja integral ou parcialmente para se manter e para poder estudar.

Essa condição econômica também é um fator que influencia diretamente na condição de acesso e permanência do estudante no curso universitário.

No que se refere ao meio de transporte utilizado pelos estudantes para se locomoverem até a Universidade, a maior parte utiliza o transporte coletivo (63,2%) e apenas (36,8%) possui veículo próprio.

Nesse caso, o que se é possível apreender é que a grande dificuldade na disponibilização de transporte coletivo em horários não comerciais acaba por prejudicar o acesso dos estudantes-trabalhadores ao curso superior, o que é relatado por alguns dos entrevistados. Larissa, por exemplo, diz que a dificuldade do transporte é uma constante em sua rotina de conciliação entre estudo e trabalho.

A infraestrutura da universidade como moradia, meios de transporte, refeitório com preços acessíveis, tem influência importante na permanência do estudante na universidade (COSTA; DIAS, 2015).

4.2 Categorias

Para a realização da discussão dos resultados obtidos com a realização do questionário, os tópicos foram divididos em categorias que tratam de temas apresentados, segundo o quadro abaixo (Quadro 4):

Quadro 1 Categorias de análises dos questionários

CATEGORIA	TEMAS
TRABALHO + ESTUDOS	Motivos para cursar uma faculdade Motivos da escolha do curso Necessidade de conciliar trabalho e estudos
EXPECTATIVA COM RELAÇÃO AO CURSO	Tipo de metodologia que lhe traz mais aprendizado Tipo de professor preferido
DESEMPENHO ACADÊMICO	Participação em palestras, debates e/ou outras atividades extraclasse Fatores externos à sala de aula que o desmotivam a continuar os estudos Motivos para essa desmotivação
APOIO DA UNIVERSIDADE	Recebe ou não orientação da faculdade para a construção da trajetória acadêmica Avaliação da oferta de horários das disciplinas eletivas Flexibilização (ou não) oferecida pela faculdade para realização de estágio ou atividades extra-curriculares

4.3 Trabalho + Estudos

No que se refere a esta categoria, os entrevistados foram questionados sobre os motivos que o levaram a cursar uma faculdade, os motivos da escolha pelo curso de Administração Pública e a necessidade de conciliar o trabalho e o estudo.

Em relação aos motivos para se cursar uma faculdade (um curso superior) as respostas foram praticamente idênticas, pois, de acordo com os entrevistados, os principais motivos apresentados foram: crescimento pessoal, adquirir conhecimento, buscar melhores oportunidades de trabalho e adquirir uma qualificação profissional mais adequada às novas exigências do mercado.

Conforme as ideias de Marcon (2018) nos dias atuais, manter-se competitivo e atualizado é muito mais do que um diferencial para profissionais de quaisquer áreas. Esse cuidado passou a ser, na verdade, imprescindível para a sobrevivência no mercado. Já no tocante à escolha pelo curso de Administração Pública, as respostas obtidas permitem concluir que nem sempre essa escolha se dá pela real vontade e preferência do aluno e sim, muitas das vezes, por ser o curso mais adaptado às suas condições, especialmente de disponibilidade em relação ao horário, mostrando a necessidade de que a afirmação da Educação Superior. Em relação a essa questão, percebe-se a necessidade de que existam maiores e melhores oportunidades, bem como a criação de políticas públicas que favoreçam condições para que os estudantes possam optar pela realização de um curso que atenda às suas necessidades e expectativas (TEIXEIRA, 2009).

Finalmente, no que se refere à necessidade de conciliar trabalho e estudos, ou seja, a não dedicação apenas ao seu aperfeiçoamento educacional, a resposta predominante foi questões financeiras, dada as dificuldades dos entrevistados em conseguir estudar sem que tenham recursos para isso. Salientam ainda que, por vezes, isso pode se tornar um agente dificultador em seu rendimento educacional. Também foram salientadas questões como: satisfação em obter um nível superior de ensino e aquisição de maior aperfeiçoamento no mercado de trabalho.

Diante dessa questão, Fontana e Brigo (2011) dizem que o quanto o trabalho prejudica os estudos e vice-versa é um questionamento recorrente e que leva em consideração fatores relacionados à academia e ao ambiente de trabalho.

Outro ponto importante diz respeito às expectativas dos alunos em relação ao

curso, o que será discutido na próxima categoria.

4.4 Expectativa com relação ao curso

Em relação a essa categoria, o objetivo apresentado foi o de questionar os participantes sobre a metodologia de trabalho que mais lhe traz possibilidades de aprendizagem e qual o perfil de professor que é o ideal para que possam aprender.

No tocante à metodologia de trabalho preferida pelos alunos, destaca-se que a maioria deles (63,2%) preferem aulas dinâmicas, levando-se em conta que as mesmas propiciam uma aprendizagem mais contínua e efetiva.

Isso porque as metodologias ativas, por serem estratégias de ensino que possibilitam aos alunos aprenderem de forma participativa e autônoma, estimulam nos estudantes a autonomia e a independência, além de propiciar uma aprendizagem mais significativa para os mesmos.

Arndt (2021) enfatiza que as metodologias ativas trazem diversos benefícios, dentre os quais se encontram: melhora da concentração do aluno, maior capacidade para resolução de problemas, mais entusiasmo tanto de alunos quanto de professores, desenvolvimento otimizado do pensamento criativo e crítico, melhora da comunicação.

Contrariamente, 36,8% dos entrevistados afirmam que as aulas expositivas são as que apresentam condições mais efetivas de entendimento e aprendizagem (Figura 4).

Figura 4: - Metodologia

20. Qual tipo de metodologia lhe traz mais aprendizado:

19 respostas



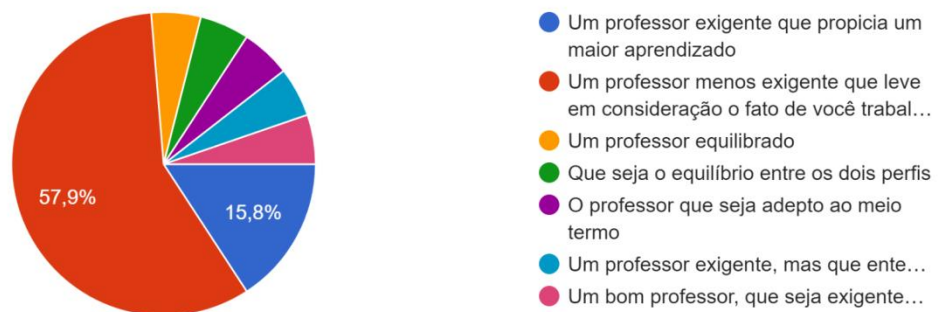
Fonte: Do autor - 2022

Questionados, ainda, sobre qual o perfil do professor tido por eles como sendo o ideal, 15,8% diz preferir aquele que propicia um aprendizado mais significativo, 57,9% o professor menos exigente que leva em consideração a condição de serem trabalhadores e, por isso, necessitem de aulas menos cansativas e demoradas. O restante respondeu que a preferência é por um professor mais equilibrado, que saiba conciliar os diversos conteúdos com as vivências práticas (Figura 5).

Figura 5: Tipo de professor

21. Que tipo de professor você prefere:

19 respostas



Fonte: Do autor – 2022

Professores, de acordo com as ideias de Costa (2015) também têm papel relevante no apoio aos alunos, pois, estando mais próximos, eles são os principais incentivadores para que os obstáculos sejam superados e o estudante possa ter êxito em seu curso.

Nesse ponto, se torna relevante abordar sobre a questão referente ao desempenho acadêmico, o que será feito a seguir.

4.5 Desempenho acadêmico

Esta categoria teve como finalidade buscar o entendimento sobre o desempenho acadêmico do aluno (como participação em palestras, seminários, eventos e outros), bem como os motivos para a não participação, quando for o caso.

Questionados, portanto, sobre a sua participação em palestras, debates e/ou outras atividades extraclases, 57,9% respondeu negativamente, enquanto 42,1% disse participar de forma efetiva e constante dos mesmos.

Dentre os motivos apresentados para essa não participação (referente à segunda pergunta da categoria) os estudantes disseram que a grande vilã nessa história é a falta de tempo e/ou disponibilidade para participar desses tipos de atividades, representando um resultado unânime, ou seja, de 100%.

A participação nesses tipos de atividades propicia com que os estudantes se sintam motivados a adquirir autonomia e participação na construção do seu próprio conhecimento, pois as mesmas podem agregar maior valor à sua formação, uma vez que criam possibilidades diferentes para desenvolver neles habilidades e aptidões (BARCELOS, 2019). Quanto aos fatores externos à sala de aula, tais como atrasos, faltas, perda de provas e outros, foi indagado aos entrevistados se os mesmos o desmotivavam a continuar estudando. Das respostas obtidas, 68,4% responderam afirmativamente e 31,6% responderam negativamente.

Ainda relacionado a essa categoria, indagou-se dos entrevistados sobre quais seriam as causas para a ocorrência desses contratempos e, dentre as respostas obtidas encontra-se o percentual de 31,6% que apresenta como principal causa para essa ocorrência o transporte público insuficiente e 42,1% a dificuldade em conseguir

liberação no trabalho para sair mais cedo (Figura 6).

Figura 6: - Contratempos

27.Quais dos motivos abaixo você considera que são os causadores desses contratempos(atrasos, faltas, perda de provas, etc.)?

19 respostas



Fonte: Do autor - 2022

Importante, também, levar em conta a importância do apoio oferecido pela universidade aos estudantes para que possam ter o acesso e a permanência garantidos. Isso será abordado na próxima categoria analisada.

4.6 Apoio da Universidade

Um ensino superior mais democrático requer um olhar mais atento sobre a permanência e sobre o que as instituições têm feito para que os estudantes permaneçam no curso (COSTA, 2017).

Assim sendo, neste tópico os entrevistados foram indagados sobre se recebem ou não orientação da faculdade para a construção de sua trajetória acadêmica. Como resultado, o percentual obtido foi de 47,4% para sim e 52,6% para não. Percebe-se, nessa situação, que as instituições, em parte, têm buscado dar apoio e minimizar as dificuldades dos ingressantes, principalmente no primeiro ano da universidade (SCHMITT, 2016).

É preciso oferecer aos estudantes condições para que possam satisfazer as necessidades objetivas de sobrevivência e permanência nos estudos, o que leva à constatação da necessidade de que se atente para garantir a permanência simbólica.

No tocante à avaliação da oferta de horários das disciplinas eletivas pela universidade, a resposta dos alunos foi praticamente unânime em dizer que a mesma é feita de forma flexível e adequada, contribuindo, assim, para que possam cursar as mesmas de maneira integral.

O mesmo, porém, não acontece em relação à flexibilização do tempo para cumprimento do estágio ou atividades extraclasse, uma vez que 84,2% dos entrevistados afirmou não haver essa flexibilização e apenas 15,8% disse perceber essa existência. Essa questão precisa ser devidamente analisada, observando-se que, no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto Lei 5452/43 não trata do trabalhador-estudante que precisa ter horários e flexibilidade para conduzir os estudos, inclusive em períodos diurnos.

A universidade pode contribuir nesse sentido, ofertando horários e cursos mais flexíveis, que permitam com que o aluno possa ter uma maior participação e autonomia em seus processos, métodos e horários de estudo.

Diante da pesquisa realizada, tornou-se necessário tecer as considerações finais referentes ao que foi analisado na mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações e informações obtidas por meio da realização da presente pesquisa, foi possível investigar e, conseqüentemente, entender melhor a relação estabelecida entre estudantes e trabalho, por meio da análise de fatores significativos que interferem e/ou auxiliam na junção trabalho x estudo.

Dentre os problemas enfrentados por esse público-alvo encontram-se, condição financeira insuficiente; falta de flexibilização de horários para cursar a Universidade; transporte público ineficaz e insuficiente; necessidade de trabalhar para custear os estudos e necessidade de conciliar estudos e trabalho.

Foram problematizados dados importantes tais como condição sócio-econômica, flexibilidade de horários para cursar o ensino superior, fatores que interferem em sua aprendizagem, expectativas em relação ao curso e outras questões que se mostraram pertinentes para compor uma análise clara sobre a situação atual do trabalhador-estudante.

Evidenciou-se que, dentre outros fatores, o trabalho adquire um sentido prioritário de necessidade na vida dos entrevistados, no sentido de adquirirem melhores condições e, nesse sentido, o estudo se apresenta como fator preponderante para sua colocação e manutenção no mercado de trabalho, dada as exigências cada vez mais presentes de qualificação e preparo para o exercício de toda e qualquer profissão.

As transformações pelas quais o mundo, de uma forma geral, vem passando são visíveis e elas trazem fortes impactos para a vida das pessoas, especialmente para os trabalhadores-estudantes que precisam saber como conciliar estudo e trabalho de forma com que seja possível alcançar resultados positivos tanto em um quanto em outro.

A partir desse trabalho e da análise de seus resultados, foi possível observar a presença de fatores relevantes que contribuem ou dificultam a permanência do trabalhador-estudante no ensino superior. A escolha do curso, em alguns casos, por motivo de adequação ao horário de trabalho e não por afinidade ou primeira opção também chama a atenção e levanta uma questão a ser observada pelas instituições de ensino superior.

A busca por meios que contribuam para o ingresso e permanência do trabalhador-estudante na universidade pública passa necessariamente pelo campo de políticas públicas e também pelo apoio das universidades. Por isso, como recomendação para trabalhos futuros, seria importante uma amostragem mais significativa de pesquisados bem como uma maior diversidade de cursos e universidades, para que se possa ter uma visão mais ampla do problema pesquisado e das diversas especificidades e regionalidades existentes no Brasil, para que medidas mais eficazes sejam tomadas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, N. N. F. de. Trabalho e estudo: Uma conciliação desafiante. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/485>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1990.

ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, janeiro/março 2007.

ARNDT, L. **A importância das metodologias ativas na aprendizagem**. Disponível em: <https://revistastatto.com.br/negocios/educacao/a-importancia-das-metodologias-ativas-de-aprendizagem/>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

BARCELOS, W. **Palestras e cursos de capacitação – importância**. (s.d). Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/palestras-cursos-capacitacao-importancia.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI: Reestruturação e expansão das universidades 25 federais**. 25 mar. 2010a 08h00. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansao>>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Ministério da Educação. Gabinete do Ministro, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro 2009**. Aprova a revisão do Código do Trabalho. Brasília, DF: Assembleia da República, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Dell%20Documents/Sergio/9%C2%BA%20Per%C3%ADodo/TCC%20Di%C3%A1rio%20da%20Rep%C3%ABlica.pdf>>.

Acesso em: 18 janeiro 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BOURDIEU P.; PASSERON J. C. **A Reprodução:** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Editora Vega, p. 5, 2009.

COSTA, J. F. da. **A Política de Assistência Estudantil para além do Auxílio Financeiro – Realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.** 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2017.

COSTA, S. L. da.; DIAS, B. M. S. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de políticas educacionais**, cidade v.9, n. 17 e 18, p. 51-60, dezembro de 2015.

DELORS, J. **Educação:** Um tesouro a descobrir. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 288p.

DEJOURS, C. Trabajo y sufrimiento: cuando la injusticia se hace banal. Madri: Modus Laborandi, 2009.

EZCURRA, A. M. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Orgs). **Pedagogia Universitária.** São Paulo: EDUSP, p. 91-128, 2009.

FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F. REUNI: Política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio 2018.

FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil: Uma breve história: da Colônia a República. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 401-416, maio/agosto 2017.

FONTANA, R. T.; BRIGO, L. Estudar e trabalhar: percepções de técnicos de enfermagem sobre esta escolha. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 128-133, julho 2011.

HOURI, M. de S. **Evasão e permanência na educação superior – Uma Perspectiva Discursiva**. 358f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

LISBOA, M. T. L.; OLIVEIRA, M. M.; REIS, L. D. O trabalho noturno e a prática de enfermagem: Uma percepção dos estudantes de enfermagem. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro v. 10, n. 3, p. 393-398, dezembro 2006.

LUCKESI, C. C. Educação universitária e formação do ser humano. **Revista da FAEBA**, Salvador, vol. 1, n.1, p. 31-35, janeiro/junho 1992.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 56, 57. março, 2000.

MAIER, S. R. O.; MATTOS, M. O trabalhar e o estudar no contexto universitário: Uma abordagem com trabalhadores-estudantes. **Saúde (Santa Maria)**, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 179-185, janeiro/julho 2016.

MAIA, M. F. **A evasão no 3º grau**: A quem interessam as razões. Campinas, 1984, 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1984.

MARCON, M. **Como se manter atualizado e competitivo no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://blog.wmw.com.br/como-se-manter-atualizado-e-competitivo-no-mercado-de-trabalho/> Acesso em 10 de ago. De 2022.

MEDINA, N. V. J.; TAKAHASHI, R. T. A busca da graduação em enfermagem como opção dos técnicos e auxiliares de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 101-108, dezembro 2003.

MODESTO, M. A. **Estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante? Nuances da relação entre educação e trabalho na UFS**. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10182/25/24.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

MILNER, R. **Start where you are but don't stay there**: Understanding diversity, opportunity gaps, and teaching in today's classrooms. Harvard Education Press, 2010. 256p.

OLIVEIRA, M. A. G. **O novo mercado de trabalho**. Guia para iniciantes e sobreviventes. Rio de Janeiro, editora Senac Rio. 2 ed. 2004.

OLIVEIRA, R. A.; CIAMPONE, M. H. T. A universidade como espaço promotor de qualidade de vida: Vivências e expressões dos alunos de enfermagem. **Texto & Contexto**

Enfermagem, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 254-261, junho 2006.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior**: Democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Série Documental. Textos para discussão n. 12). 2004. 22p.

PAZ, C. T. N. do. **As Trajetórias estudantis em licenciaturas com baixas taxas de diplomação**: Tendências e Resistências. 212f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2016.

REIS, D. B.; TENÓRIO, R. M. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior: um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, Salvador, p. 1-11, 2009.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. **Estudantes universitários e o trabalho**.

Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. 171p.

SANTOS, B. L. P. dos. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, Marília, v. 10, n. 1, p. 29-44, janeiro/junho, 2009.

SANTOS, C. F. dos. Uma abordagem sobre pesquisa qualitativa. **Factus**, Uberaba, v. 1, n. 2, p. 116-125, 2017.

SANTOS, E. O.; LOIOLA, E.; SANTOS, S. O. Expansão do ensino superior privado na perspectiva de desenvolvimento regional no Brasil: A realidade do sul maranhense.

Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 25, n. 2, p. 91-107, abril/junho, 2018.

SCHMITT, R. E. **A Permanência na universidade analisada sob a perspectiva bioecológica**: Integração entre teorias, variáveis e percepções estudantis. 206f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 274p.

SCHIRMER, S. N.; TAUCHEN, G. Políticas públicas de enfrentamento da evasão na educação superior brasileira: um estudo do estado da arte. **Revista @mbienteeducação**, São

Paulo, v. 12, n. 3, p.316-341, set/dez 2019.

SIQUEIRA, J. F. **A realidade contraditória e de sobrevivência do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de porto alegre/rs/brasil.**

http://www.rexe.cl/dwn/vol_esp_01_b_art_05.pdf. Acesso em 01 de março de 2012.

TEIXEIRA, C. L. **Programas institucionais de permanência e seus impactos nas trajetórias de estudantes de origem popular - O caso da Universidade Federal Fluminense.** 118f. Dissertação (Mestrado em Política Social da Escola de Serviço Social) Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2009.

TINTO, V. **Completing College: Rethinking institutional action.** Chicago: The University of Chicago Press, 2012. 240p.

TINTO, V. **Leving College: Rethinking the causes and curses of student attrition.** 2, ed. Chicago: The University of Chicago, 1993. 312p.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 18, n. 2, pp. 459-485, julho, 2013.

VOOS, J. B. A. **Políticas de permanência de estudantes na educação superior: Em exame as Universidades Comunitárias Catarinenses.** 175f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200p.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário seu cenário e seus protagonistas.** São Paulo: Artmed Editora S.A, 2004. 238p.

ZAGO, N. Do Acesso à Permanência no ensino superior: Percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 226-237 2006.

ANEXO A

Questionário

Objetivo: Identificar como o fato do sujeito ser trabalhador-estudante influencia seu desempenho acadêmico em uma universidade pública no interior de Minas Gerais. Sua participação é de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua identidade será preservada. Grato desde já pela compreensão e colaboração.

PERFIL

1. Idade:

2. Sexo:

Masculino Feminino

3. Estado civil:

Solteiro Casado Outros, qual?

4. Onde cursou o ensino médio:

Rede pública Rede privada Ambos

5. Ano de ingresso no curso superior:

6. Nível de instrução do pai:

7. Nível de instrução da mãe:

8. Renda Familiar (incluindo a sua):

9.Renda Individual:

10. Você mora na casa dos seus pais?

Sim Não

11.Qual sua situação econômica:

Independente financeiramente

Depende parcialmente da família

Depende integralmente da família

12. Profissão:

13.Local de Trabalho:

14. Quantidade de horas semanais que compõem sua jornada de trabalho:

15. A casa onde você mora é:

Alugada

Própria

Funcional

Outros, cite:

16. Qual o meio de transporte que você utiliza para se deslocar até a faculdade:

Transporte coletivo Próprio

17. Em qual período você cursou o ensino médio? (Caso tenha cursado em mais de um período, marcar mais de uma alternativa)

Manhã Tarde Noite

TRABALHO + ESTUDO

18. O que o levou a querer cursar uma faculdade?

18.1 Por que escolheu o curso de Administração Pública?

18.2 Você gostaria de estudar em período integral? Qual curso faria?

19. Qual a necessidade que o levou a ter que conciliar o trabalho e o estudo? Por que não ficou só estudando?

EXPECTATIVA COM RELAÇÃO AO CURSO

20. Qual tipo de metodologia lhe traz mais aprendizado:

aula dinâmica(com jogos, atividades em grupos,etc.) aula expositiva

20.1 Explique sua escolha:

21. Que tipo de professor você prefere:

Um professor exigente que propicia um maior aprendizado

Um professor menos exigente que leve em consideração o fato de você trabalhar Outro. Qual:

21.1 Explique sua escolha:

DESEMPENHO ACADÊMICO

22. Você costuma participar de palestras, debates e/ou outras atividades extraclasse?

Sim Não

23. Caso você tenha respondido negativamente à pergunta anterior, qual a razão de não participar dessas atividades?

Falta de tempo/Indisponibilidade Desinteresse

Outros, cite:

23.1 Explique sua resposta:

24. Sua experiência profissional lhe auxilia no curso?

Sim Não

24.1 Explique sua escolha:

25. Você acha que os conteúdos vistos em sala de aula são passíveis de serem aplicados no seu trabalho?

Sim Não

25.1 Explique sua escolha:

26. Fatores externos à sala de aula (atrasos, faltas, perda de provas, etc.) te desmotiva a continuar estudando?

Sim Não

27. Quais dos motivos abaixo você considera que são os causadores desses contratempos(atrasos, faltas, perda de provas, etc.)?

Oferta de transporte público insuficiente

Dificuldade em conseguir liberação no trabalho

Outros, cite:

28. Você acredita que a universidade pode fazer algo para auxiliar nessas dificuldades apontadas acima (atrasos, faltas, etc.)?

Sim Não

28.1 Explique sua escolha:

APOIO DA UNIVERSIDADE

29. Você recebe orientação da universidade para lhe ajudar na construção da sua trajetória acadêmica?

Sim Não

30. Qual o critério que você utiliza para se matricular nas disciplinas optativas? Horário Tema da disciplina Outros, cite:

30.1 Explique sua escolha:

31. Como você avalia a oferta de horários das disciplinas eletivas? Flexível e adequada Opções limitadas

32. A universidade oferece algum tipo de flexibilização para que você possa fazer estágio ou atividades extra-curriculares?

Sim Não

32.1 Que tipo de flexibilidade? Se não, o que você acha que seria necessário?